ATA DA 439ª (QUADRIGENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ACRE - CREA-AC. Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito (2018), no Auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Acre - CREA-AC realizou-se a 439ª (**QUADRIGENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA**) Sessão Ordinária do Plenário, sob a Presidência da presidente Eng.ª Agrônoma Carminda Luzia Silva Pinheiro.**Item 1- Verificação de "quorum" Aysson Rosas Filho, Palmira Antonia Alves Cruz de Oliveira , Eduardo Augusto de Holanda e Souza,Jair Vicente Manoel, Aldenizia Santos Santana, Nei Sebastião Braga Gomes, Luciano Sasai, Paulino de Almeida Lima Netto, João Vieira de Souza Filho, Jose Dazio Bayma, Armando Ferreira Cacela e Giulliano Ribeiro da Silva. Conselheiros que justificaram a ausência. Mateus Silva dos Santos e Assurbanipal Barbary de Mesquita .Conselheiros suplentes presentes: Gerciney Arcanjo da Silva Carvalho. Item 2- Hino Nacional Brasileiro Item 3- Hino Acreano-** Na sequência, num ato de cidadania e civismo, todos foram convidados a ouvir e cantar o Hino Nacional e Hino Acreano. **Item 4. Discussão e aprovação da ata da sessão plenária nº 438.** Em discussão. Processo de votação. Aprovada por unanimidade. **Item 5. Leitura e extrato de correspondência recebida e Expedida:** Os conselheiros Assurbanipal Barbary de Mesquita e Mateus Silva encaminharam ao gabinete a justificativa de suas ausências por meio de correio eletrônico, razão pela qual encontram-se justificados. **Item 6. Comunicado da Diretoria:** Presidente - Nós vamos dar prosseguimento, na verdade um ato que já era para ter sido feito a muito tempo, que é o cumprimento do art. 64 da Lei 5.191/66. Que é o efetivo cancelamento automático de registro profissional após dois anos de inadimplência. Lembramos aos senhores que em caso de aprovação deste plenário da realização da IV Campanha de Conciliação, os cancelamentos serão realizados após o termino do período de conciliação e mediante notificação pessoal de cada profissional. Ressalto que o cancelamento não pode ser realizado automaticamente haja vista que o supremo Tribunal Federal já tem entendimento que deve ser observado o direito da ampla defesa e contraditório dos profissionais.**Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - Presidente isso é lei e uma determinação que vem de cima para baixo, nós temos apenas que colocando em pratica , a tempos e nunca fizemos mas a necessidade existe , já temos um número de profissionais e um valor que especificado o quanto do valor se esses profissionais saírem do sistema? Já foi feito um levantamento nós temos mil engenheiros que estão inadimplentes a dois anos e esses valores que serão cobrados no máximo de dois anos e o exercício atual, então esse número mil que estar em aberto equivalente a três anos é igual a x , é essa informação que estou querendo. **Presidente** - Quando for apresentada a campanha de conciliação esses valores serão apresentados aos senhores. Assim comunico aos senhores que todos as providencias administrativas já estão sendo realizadas para o cumprimento do artigo 64. Comunico também que na ultima reunião do colégio de presidentes foi formado um grupo de trabalho, que é por um presidente de CREA Por região e mais os conselheiros federais que é para definir diretrizes da aplicação do Livro de Ordem, todas as câmaras especializadas foram notificadas pela presidência e

a presidência pelo CONFEA, para dá a imediata aplicação deste primeiro de janeiro do Livro de Ordem por uma determinação da CGU e esse livro de ordem esta sendo motivo de muito discussão no colégio de presidentes por isso foi formado esse grupo, porque o CONFEA simplesmente comunicou que teríamos que aplicar o livro de ordem, mas não deu diretrizes de como fazer e como vamos aplicar efetivamente e quais são as modalidades, eu vejo que na engenharia civil, na elétrica e mecânica é até mais fácil de se trabalhar o Livro de Ordem , já nas outras modalidades na área da agrária já fica mais complicado fazer um livro de ordem para cada atividade. Um outro grupo de trabalho foi criado para estudos de valores de diárias, eu faço parte desse grupo, o objetivo e realizar o levantamento de valores de mercado a fim de apresentar a proposta junto a CGU, adequando os valores atuais das diárias aos valores reais de custeio de despesas com viagem e alimentação. **Conselheiro Aysson Rosas Filho** - Presidente, o grupo do colégio de presidentes já discutiram para apresentar os valores que estão recebendo o conselho de medicina e todos os outros, inclusive do ministério público para fazer a comparação e porque esse diferencial. **Presidente** - Na realidade já foi colocado isso , visto que o valor é muito superior ao nosso, mas hoje chegamos a uma conclusão que essa dificuldade do Conselho Federal é a falta de informações do Conselho Federal com base na informações que a CGU pediu. **Conselheiro Eduardo Augusto Holanda e Souza**- A senhora falou de sistema, as diárias eram diferenciadas por algum tempo, não sei porque, mas houve um certa extrapolação de valores de diárias até mais de trinta diárias mês para determinado conselheiros, e principalmente para conselheiros federais para participarem de reuniões e etc. Com justificativa que as diária eram aumentadas por conta dos gastos que eram feitos fora do Brasil principalmente, então saiu uma relação dos montantes de diárias de um determinado período de 2015 e 2016 com valores realmente exorbitantes por conta disto que houve esse controle da CGU. Mas ainda pouco volta a repetir que a senhora falou em sistema, gostaria de saber se é um principio totalmente isonômico para todos os conselheiros que flutuam no sistema, porque que nossa Mútua tem diárias maiores que as dos conselheiros, gostaria de saber isso , razão do que e porque as diárias dos diretores da Mútua é superior a dos conselheiros e dos regionais e conselheiros federais, uma vez que o sistema tem fazer um tratamento isonômico de todo mundo. Gostaria de um resposta, mas se não for hoje, mais que seja questionada no grupo tudo isso. **Presidente**- Quero parabenizar a equipe do CREA, que ajudou na organização da reunião da câmara de civil, que aconteceu em Rio Branco nos dias 16,17 e dezoito, parabenizar os membros das câmaras especializadas na pessoal do conselheiro e coordenador Paulino de Almeida Lima Netto, e agradecer a Mariana Ribeiro que nos ajudar na organização na UFAC. Quero agradecer também, a Carmem e Nira já saíram mas o José Carlos estar presente , semana passado eu fui convidada pela Mútua Nacional para participar da décima edição da Mútuação, que é um evento que acontece todo ano é igual a um treinamento de servidores que fazemos anualmente, nesse evento é reunido os 81 diretores da Mútua, servidores e

colaboradores e a diretoria nacional para tratar as diretrizes do ano seguinte, então eu fui convidada para fazer uma fala na abertura da semana, falar sobre minha experiência no meu mandato de dois período de diretora financeira da Mútua e a parceria que o CREA e a Mútua tem, que é uma referencia nacional de se fazer os trabalhos sempre juntos. Nesse momento eu fui agraciada com a homenagem de embaixadora da Mútuação, foi a primeira vez que foi feito essa premiação, e quero deixar registrado essa homenagem e me senti muito envaidecida. **Conselheiro Aysson Rosas Filhos** - Nós tivemos agora do dia 18 ao dia 20 reunidos em São Paulo, na câmara industrial, e nós estamos atualizando o manual de fiscalização, inclusive, que o sistema só fiscaliza a civil e nós temos um procurando fazer um check list para o fiscal, visto que ele só tem a visão da civil, não tem outra visão. É a parte da engenharia que tem maior mercado, então vem a muito tempo, não só no CREA/AC, acho que em todos os Creas acontece isso. E foi discutido muito na reunião a história do CAU, criando atribuições e na discussão eu acho que ainda é uma fraqueza do nosso sistema dos Creas, qualquer profissional arquiteto que fizer uma atividade que é do engenheiro, ele não tem atribuição porque no nossos conselhos nós temos o registro do projeto de arquitetura, que eles saíram agora recente, então eu acho que toda vez que pegasse teria que entrar com uma ação na justiça, cancelando e notificando a obra e entrar na justiça contra aquele profissional. **Conselheiro Eduardo Augusto de Holanda e Souza** - Algumas dessas viagem Internacionais que acontece, alguns ex conselheiros chegaram até na Inglaterra e nesse viés dessas viagens tinha os arquitetos coordena todas do canteiro de obras lá é assim , mas é lá não é aqui no Brasil , uns quatro anos atrás quiseram implantar isso aqui no Brasil , mas não deu certo, por isso até hoje os arquitetos pensam assim , nós não podemos deixar acontecer isso, o nosso ex presidente José Tadeu era conivente porque precisava do voto do conselho de arquitetura, e nunca se decidiu pelas atribuições nossas , houve a formação de alguns grupos de trabalho para que fosse delimitado o que o arquiteto e engenheiro pode fazer . **Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - A câmara de engenharia na reunião que aconteceu na semana passada, quero agradecer seu apoio e a sua afirmação de nos deixar receber aqui a engenharia civil aqui pela primeira vez , foi um momento muito importante onde houveram duelos, debates e choque de ideias mas surgiram muitas luzes em relação o assunto que foi pautado agora, que já tinha sido discutido anteriormente em nossa reunião local e eu levei para apreciação dos colegas e por sinal o CREA Amapá tem a mesma situação que a nossa , que a câmara de civil decidiu encaminhar para as outras câmaras tanto agronomia , que a nossa represente de plenário estava presente e já sabe do assunto e também a CEEMA, que deliberou, que a diretoria da presidência do CREA/AC por meio do seu setor jurídico acione judicialmente os arquitetos que apresentam acervos com serviços que sejam próprio da modalidade engenharia, no sentido de buscar anulação no referido acervo arrolando o CAU no polo passivo para que seja proibido de emitir acervo com aquele tipo de serviço ao profissional na questão. No mesmo sentido em relação as obras particulares buscando a anulação das RRT que conta ser

atribuições da modalidade da engenharia , então isso já estar acontecendo no CREA do Amapá, outros creas que estavam presente vão começar a atuar desta forma a partir de amanhã que terá reunião ordinária que será aprovado esta ata que já esta assinada pelos conselheiros titulares da câmara de civil, vamos orientar a fiscalização a emitir anotação em todas as obras que existiram arquiteto, que for identificado execução projeto complementar afins da modalidade engenharia civil , e assim também estendo a outras modalidades, que, nós possamos ter essa mesma atitude com as obras de agronomia, em parques onde tem jardinagem, tem pessoas trabalhando nos seguimentos de toda forma e a agronomia ficando descoberta, na parte da elétrica também, na agrimensura e demais modalidades. Gostaria que fosse colocado em apreciação esse assunto com mais seriedade para que todos tenham conhecimento e daqui saísse uma determinação além de uma determinação de uma câmara individual, que as outras participassem e pudessem o assunto ser apreciado no geral. O plenário estar completo e podemos sair daqui com essa ação determinada do plenário , não é ação individual de uma câmara, mesmo ela tendo sua autonomia, porém estamos aqui com a casa cheia pronta para decisão. **Presidente** - Eu entendo que é um assunto das câmaras especializadas, elas tem que se reunir, como a de civil fez e definir as atividades que eles querem especificamente e como aplicar isso, e depois trazer para esse plenário para uma aprovação conjunta e na próxima sessão colocamos em apreciação as propostas de todas as câmara. **Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - Então eu comunico aqui as conselheiros que a câmara de civil já tomou uma decisão , que outros Creas, foi falar aqui do CREA Amapá já estar entrando judicialmente contra profissionais individualmente, e naturalmente o conselho emiti os registros e acervos técnicos aos profissionais dela. Quero enfatizar a segunda semana da engenharia da Uninorte, tem um programação muito extensa, muito valiosa , os estudantes precisam desse nosso apoio, e quero agradecer a possibilidade de ter representado nosso conselho e dizer muito obrigado. Eu na função nesse momento ainda como presidente da associação dos engenheiros recebi o oficio onde vinha determinando uma data para encaminhar o CREA algumas necessidades para atender as resoluções do nosso conselho, eu tive a liberdade de ligar para o CONFEA, para poder buscar um orientação a mais, pois a única orientação que eu tive aqui do conselho era, data fim sobre o assunto e fiquei impressionado quando falei com o chefe de gabinete do presidente Joel, ele encaminhou para Vanessa, e disse Paulino eu não entendo muito bem disto, a pessoa adequada é a Vanessa, e ela simplesmente disse que funciona da seguinte forma, para o dia vinte do mês atual para entidade novas, CREA recepciona e CONFEA analisa e dá o ok se for o caso , entidades antigas é dentro do CREA somente, você vai conversar diretamente com o CREA, através da comissão de renovação do terço , fique tranquilo com relação da data porque é visível que o CREA anda no mesmo sentido, não tem dificuldade nessa comunicação e você comunica a comissão de renovação do terço, identifica sua necessidade e ele lhe dará o prazo necessário 30,50 ou sessenta dias para atender a situação. Eu assim

o fiz, encaminhei um ofício a comissão de renovação do terço para tratar o assunto, deixando literalmente tudo a par deles, pedindo um prazo para concluir o processo corelacionado apenas a alteração do estatuto da nossa associação dos engenheiros, que já estar na face final, quero colocar isso para apreciação dos conselheiros, pois quando você tem na vida passada onde houve a ultima alteração do ano de 2005, o nosso ex presidente da associação dos engenheiros João de Deus, onde ele fez a duas mãos, ele era sozinho na associação poucos davam apoio a ele, e ele não teve como trabalhar isso em conjunto, fato diferente do que nós estamos fazendo agora , estamos fazendo a dez, doze e quinze cabaças para tornar o mais amplo possível, aberto para que todos possam contribuir para valorizar ao máximo nosso estatuto, a nossa associação protegendo os interesses da nossa entidade, do nosso conselho , propriedade dos associados adimplentes e também com os associados que estão distantes , que acabamos reunindo um grupo muito maior, e foi importante isso e estamos na face final e iremos fazer os últimos arranjos do que foi discutido, buscar uma reunião extraordinária para aprovação de toda discussão feita , para que essa aprovação seja de um todo deste estatuto e assim encaminhar para cartório e fazer os tramites normais. **Presidente** -Queria só conselheiro esclarecer que a comissão da renovação do terço, ela tem todo um procedimento até chegar a data limite para o processo de renovação do terço dos Creas está no CONFEA que é todo mês de agosto, então não sei se você já participou da comissão de renovação do terço, mas acredito que a maioria dos conselheiros aqui já participaram, então não tem como agora você dizer que precisa de 30,50 ou sessenta dias, assim a Associação ficaria de fora. **Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - A senhora está equivocada, se eu estou no dia 24 de abril, e tenho até final de agosto para entregar os documentos que para novas entidades tem até o dia 20, esse assunto não estou trazendo para discussão e que nós temos prazo para cumprir essa determinação. **Presidente** - Ela prevê novas entidades e a revisão da documentação das entidades registradas, então a renovação do terço tem que analisar essa documentação, trazer ao plenário do CREA para homologação da entidade, então veja bem, hoje dia 24 de abril não entrou em pauta o assunto renovação do terço nem revisão de entidade, nós temos no final de maio a próxima plenária , então final de maio obrigatoriamente pelo menos a revisão das entidades tem que constar em plenária, para poder começar trabalhar o processo de análise do números de conselheiros dentro do CREA registrado e fazer aquela tabelinha que não é fácil, eu já fui coordenadora da comissão de renovação do terço , tem que se fazer todo um estudo para fugir da análise das planilhas da renovação do terço, então você teria de maio para junho para fazer isso e encaminhar ao CONFEA, e chegando no CONFEA vai para os assessores analisaram, depois vai para COMB, depois para CCS para depois ir ao plenário para aprovação. Por isso demos um prazo para que as entidades apresente a documentação para esse tramite não deixar a comissão muito sufocada para analisar essa documentação. **Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - Quero deixar bem claro aqui, que sempre houve um compromisso da parte da

associação dos engenheiros em todos os tempos, muito antes do João de Deus, e até agora Paulino de nunca ter tido esse problema de perder ou ficar sem essa vaga de conselheiro porque vivemos debaixo do mesmo teto. Nós tivemos a indicação do conselheiro suplente da modalidade elétrica da câmara mista,para assumir a titularidade esse ano, e até então já fiz lembrança na última reunião e novamente chamando em mais essa plenária, na primeira plenária a presidente disse que ia enviar a solicitação para associação e até agora estamos aguardando essa solicitação para fazer a indicação, nós estamos com um conselheiro suplente a menos, o nosso conselheiro titular representante da associação dos engenheiros esta ausente e estar sem representação aqui e essa necessidade precisaria ser urgente para se fazer esse comunicado para eleição ou indicação assim como a diretoria da associação e seus associados decidirem, eu peço que a presidente nos próximos dias tome uma decisão com relação a esse assunto. **Presidente** - Eu não queria entrar muito nesse assunto, porque na assembleia que teve na associação eu participei como associado e de todas as reuniões que pude participar com relação ao estatuto, e pelo que me consta a diretoria foi estendida até trinta de março apenas para regularizar o estatuto , eu não acredito que essa diretoria tenha ainda a atribuição de promover uma eleição para conselheiro, ideia aqui seria terminar o estatuto, fazer a eleição de uma diretoria para daí fazer os tramites de processo eleitoral, não indicação e sim eleição. **Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - Já foi feito uma busca jurídica, a diretoria da associação dos engenheiros até a próxima diretoria se fará presente na eleição ou o momento que for, ela vai se manter e ter os mesmos poderes porque a associação não pode ficar descoberta de suas responsabilidades institucionais tanto que estou respondendo para o conselho como presidente, quem estar fazendo essa indicação somos nós, que estar acompanhando somos nós diretoria, então o poder jurídico de fazer a indicação, fazer a eleição da forma que a assembleia ou a diretoria resolver nós temos, então eu peço que a presidente ande com essa necessidade que é emergente porque estamos com um conselheiro a menos na entidade. **Presidente** - Vou pedir para comissão de renovação do terço que encaminhe, se acha que pode fazer isso, visto que é ela que faz a indicação eu apenas assino o ofício, se esse procedo pode ser feito com a diretoria que tem hoje, com o regimento que tem hoje, a comissão tem reunião amanhã, que delibere o pedido da indicação do suplente da modalidade elétrica. Estamos nessa pendência ainda até hoje por conta disto. **Conselheiro Eduardo Augusto de Holanda e Souza** - Tenho dois questionamento, não sei se o encaminhado através do conselho desse ofício para associação é por conta de não saber a quem se dirigir, não sei se a associação hoje ela é gerenciada por uma diretoria alternativa , para uma diretoria decidida em assembleia da associação, ou se existe alguma junta governativa para orientar o destino da nossa associação, então esse documento tem que ser dirigido para alguém, me parece que é o Mateus como diretor financeiro que não foi destituído, de quem e para quem direcionar , quem vai receber esse documento? A segunda pergunta é a seguinte, se o estatuto não foi revisado não há indicação, ou se o estatuto foi revisado e

ainda não houve uma indicação? **Presidente** - O item principal é a discriminação dos arquitetos, isso é um ponto que precisa ser resolvido. **Conselheiro Aysson Rosas Filho** - Que diabos tem neste estatuto que ainda não foi concluído . **Presidente** - Eu acredito que em mais uma reunião conseguimos fechar. **Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - Gostaria de responder, a diretoria da associação juridicamente mantém-se até a próxima eleição, nós nos reunimos por diversas vezes respondendo as palavras do professor Aysson, com a presidente Carminda, conselheiro Luciano, Admilson, Palmira e outras pessoas para essa mudança e alteração do estatuto, quando é feita por duas mãos como foi dito, o João de Deus entregou no cartório e ninguém foi atrás, e como estamos tentando fazer o mais aberto possível com participação e fomentar o interesse da associação, onde no passado ninguém tinha interesse e hoje existe esse interesse e entenderem a necessidade que essa entidade de classe existe no sistema que sem ela o conselho fica inadministravél, essa que é uma grande verdade porque não são três esse ano são nove no total, estamos trabalhando mais aberto possível que é para mostra e envolver o maior números de pessoas e assim esta sendo feito. Chegamos até o penúltimo item do estatuto, nossa diretora Carmem já vez as alterações que ela entendia que ela participou e que foi aprovado no momento, e vamos agora fazer uma nova reunião e fazer uma sessão extraordinária para aprovação dele em um todo e assim fazer andar. Vou me reunir com a equipe novamente para sair daqui marcado um dia desta semana a data da extraordinária e assim concluir o processo aprovação um uma sessão extraordinária depois encaminhar para cartório e da continuidade ao procedimento.**Conselheiro Aysson Rosas Filho** - Estou reclamando pelo seguinte, o que acontece é o seguinte uns dos primeiros estatutos deste aí, na época que o João assumiu que não tinha nenhum documento não tinha nada, lembro que eu trouxe um cópia lá do Piauí e era um problema seriíssimo para digitar naquele tempo tudo era datilografado , agora estou escutando essa história a prorrogação do seu mandato de um ano, acho que já tem uns três , isso termina acabando com o restinho da associação e a preocupação que se tem é que aqueles funcionários na hora que forem no ministério do trabalho vai cortar pedaço para poder pagar. **Conselheiro Paulino de Almeida Lima Netto** - Se o conselheiro Aysson tivesse a preocupação que tem e fosse hoje na associação vai vê que não estar acabando com o pedacinho que tem, vai vê que os dois funcionários estão em dia com seus salários , e que esta tudo dentro dos conformes com os cuidados necessários, com INSS parcelados e pagando o parcelamento. **Item 7. Aniversariantes do mês:** Dia 03.04 Almir Paiva dos Santos, dia 04.04 Eduardo Augusto de Holanda e Souza e dia 09.04 Lya Beiruth.**Item 8.0 Ordem do dia (art. 22, VII do R.I). Presidente** - Gostaria de acordar com os senhores em razão dos constantes prolongamentos de assuntos pautados nas reuniões anteriores, iremos aplicar o disposto no artigo 27, inciso II do Regimento Interno que estabelece a intervenção do conselheiro regionais em duas oportunidades . Apenas, no primeiro momento cinco minutos, e no segundo momento dois minutos. Solicito a compreensão de todos, para que nossa plenária seja a mais breve possível. **Item 8.1. Criação do GT de Avaliação de indicadores, impactos e procedimentos do CREA/AC com a saída dos Técnicos de**

nível médio. Presidente - No colégio de presidentes foi aprovado a proposta dos presidentes enviada ao CONFEA que solicita que o CONFEA apresente proposta de transição junto aos regionais estabelecendo os procedimentos a serem adotados pelos conselhos em relação a saída dos técnicos. Devido a vigência da lei 13.639/2018, que criou o conselho de técnico, faz necessária a criação de um grupo de estudos a fim d e analisar o impacto financeiro, administrativo e técnico no regional. Devem ser observados pela comissão os procedimentos internos de repasse de informações e pagamentos no prazo de noventa dias, dentre estes: cadastros de profissionais, cópia de acervo técnico, transferência de 90% das anuidades e demais discussões. Assim o GT visa otimizar esse período de transição dos técnicos do regional para seu próprio conselho. Diante da necessidade de justificativa desta presidência, em cumprimento ao artigo 175 do Regimento Interno, proponho a este plenário a criação do grupo de trabalho, com a indicação dos membros a comporem. O Marcelo agora ira apresentar o quadro atual de técnicos registrados no CREA/AC. **Gerente de TI Marcelo Pessoa -** Esse relatório que eu criei é referente aos técnicos, e a gente esta em contato com a empresa que é responsável pelo sistema, não só nosso CREA, mas todos os Creas que utilizam esse sistema estão tendo algumas dificuldades em relação aos valores, porque não estão batendo com os valores do nosso financeiro. E nesse momento eu trouxe apenas os quantitativos. Número total de profissionais de nível médio, todos de situação de registros e inclusos os falecidos é igual à 1.679; Números de profissionais de nível médio ativo, todos ativos, inclusive os visado é 1.479; Número de profissionais de nível médio ativo, todos os profissionais que estão quitados em 2018 é 303; Número de profissionais de nível médio por modalidade; eletricista 621, agronomia 686, civil 91, mecânica 29, agrimensura 58, e química 1 totalizando 1.486. Os valores divergem do item 2, pois em nosso cadastro existem profissionais de nível médio que detém dois títulos de nível médio. O número de profissionais com os títulos de nível médio e superior registrados e visados ativos é de 212; o número de profissionais de nível médio- Técnicos agrícolas, agropecuária, zootecnia, agricultura, agroindústria e pecuária. Número de profissionais técnicos de nível médio industrial e agrícolas remido de sênior, remidos 66, sênior 108. Número de pessoa jurídica registradas e com único responsável técnico nível médio (agrícola/industrial) 17, técnico médio industrial 62. Número de PJ registradas com RT nível médio e nível superior (ambos) técnico nível médio agrícola 6, técnico médio industrial 30; Número de ARTs dos técnicos industriais e agrícolas nos anos 2016,2017 e 2018. Em 2016; 518 ARTs - Valor R$ 46.709,36. Em 2017 522 ARTs - Valor R$ 50.973,63. Em 2018 144 ARTs - Valor R$ 13.483,38. **Conselheiro Aysson Rosas Filho -** Esses valores de anuidades esta incluído tudo que foi arrecadado deles ou estar só a parte do CREA? **Presidente -** A partir do momento que foi criado o conselho,90% da anuidade de 2018 temos que repassar para uma conta especifica. **Conselheiro Giulliano Ribeiro da Silva -** Na reunião que tivemos agora no encontro nacional de engenharia civil, foi tocado nesse assunto pelos conselheiros presentes e houve a informação que na época da formação na saída do CAU , que também tivemos esse problema teve dois Creas que na época entrou na justiça e ganhou o processo contra o CAU e não houve pagamento desses Creas para o CAU devido um texto de lei que proíbe inclusive esse repasse, caso não me engane um dos Creas foi o do Rio Grande do Sul. Eu proponho que fosse verificado à eficiência desta situação porque eu não acho justo um repasse nesse montante para um conselho que esta sendo criado agora e não depende do meu ponto de vista deste direito. **Conselheiro Eduardo Augusto de Holanda e Souza -** Primeiro até ser criado o conselho, então existe uma

proporcionalidade nessas anuidades, que eles tinham regalias ainda neste ano por conta das anuidades que eles pagaram , se é que vai ser feita essa devolução, não pode ser feita integral, segundo (não deu para entender áudio muito ruim). **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - O problema maior que estou vendo aqui é a com relação a continuidade, que tem a lei que foi promulgada, agora estou relatando três processos referentes a técnicos os quais eu acho que não deveria nem constar. Esse conselho não vai poder punir se for o caso porque eles já estão coberto por outra lei de outro conselho, então esse três relatos que eu tenho acho que estão perdidos, vamos dá uma resposta para procuradoria geral da república sem problema nenhum, mas no meu relato tem consequências, tem o problema das cobranças, tem o problema até do conselho de ética, agora eles estão acobertados em uma nova lei então perde a razão de ser. A concessão de atribuições que estar sendo solicitado também já não faz sentido **Presidente** - Quero colocar a criação deste grupo de trabalho para aprovação e posteriormente escolher os membros. Em discussão. Processo de votação. Os favoráveis pela criação do grupo permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Gostaria da manifestação dos conselheiros que possam contribuir com esse grupo! Conselheiro Paulinho de Almeida Lima Netto, Luciano Sasai, Aldenizia Santos Santana, Eduardo Augusto de Holanda e Souza, Jair Vicente Manoel, João Vieira de Souza Filho, Palmira Antonia Alves Cruz de Oliveira, Aysson Rosas Filho e Armando Ferreira Cacela. Ficando a Luzia para secretariar o GT e o Marcelo no suporte técnico. **Item 8.2. Aprovação da 4ª Campanha de Conciliação do CREA/AC** - **Presidente** - Dando continuidade a analise e aprovação da IV Campanha de Conciliação, considerando que já foi levado aos senhores o embasamento legal da realização da campanha, ficando pendente apenas a questão econômica (impacto financeiro). Considerando que os senhores já estão de posse da minuta da portaria que regula a campanha, podendo esta sofrer alteração e recomendações, abro a palavra para o senhor Reis a fim de explanar os estudo dos impactos financeiros realizados pela contabilidade do regional e para esclarecimento de dúvidas. **Reis** - Vou apresentar a demonstração das arrecadações de receitas próprias, exercício 2016, 2017 e 2018, comparadas com as inadimplências em relação a anuidades correspondente ao mesmo período. No exercício de 2016 o orçamento era no valor de R$ 2.208.000,00; nossa arrecadação foi de R$ 2.061.000,00 DIF R$ 146.272,16. As inadimplência de 2016 valor devedor entre profissionais de nível médio e superior é de R$ 858.286,94. O valor da arrecadação do exercício de 2016, R$ 2.061.727,84,valor da inadimplência do exercício, R$ 858.286,94, corresponde a 41.63% a arrecadação do exercício, o valor devedor se houvesse sido arrecadado corresponderia a 41,63% a mais. No exercício de 2017 o orçamento era no valor de R$ 2.903.500,03, a arrecadação foi no valor de 2.250.516,73 com DIF de R$ 652.983,30. A inadimplência dos profissionais de nível médio e superiro foi no total o valor de 1.043.463,11, o valor arrecadado do exercício de 2017, impacto financeiro caso as dívidas houvesse sido quitadas neste exercício, seria de 46,36% o acréscimo na arrecadação do referido exercício. No exercício de 2018 o orçamento é no valor de 31.379.000,00 ainda não temos arrecadação e DIF, o valor devido dos profissionais de nível médio e superior é de 1.747.838,00. O valor da arrecadação prevista para o exercício de 2018, conforme orçamento é de R$ 3.137.900,00, o valor da inadimplência, chega a R$ 1.747.838,00, equivalente a 55,70% em relação a previsão constante no orçamento de 2018, e 81,06% em relação a média de arrecadação dos exercícios de 2016 e 2017, que é R$ 2.156.122,28. Esta informação se da em razão da execução do orçamento de 2018 ainda está em plena execução com apenas três meses da arrecadação sendo impossível prever a arrecadação do exercício. Lembrando que a

quantidade de profissionais de nível superior cadastrados no sistema totaliza 5.133 e nível médio 1.563. Em 2016 cadastrados NS 5.133, pago 3.904 a pagar 1.229 profissionais. Nível médio cadastrado 1.563 e 805 pagos e a pagar 758. Em 2017 nível superior cadastrado 5.133 pagaram 3.656 a pagar 1.477. Nível médio 1.563 pagaram 778 a pagar 785. Em 2018 nível superior cadastrado 5.133 pagaram 2.411 a pagar 2.722. Nível médio cadastrado 1.563 pagaram 386 a pagar 1.177. Finalizando as informações que o valor da dívida acumulada dos três exercícios somam 3.649.588,48. Essa inadimplência é apenas de pessoas físicas, não entrou pessoa jurídica. **Presidente** - Na apresentação hoje da diretoria e também com essas colocações do Reis, a diretoria tomou como meta fazer uma ampla divulgação da campanha, e focando que após isso o registro do profissional vai ser cancelado, então a gente vai fazer esse destaque para isso na mídia, até porque o profissional precisa ter conhecimento de que ele vai ter o registro dele cancelado, além disso vai ser encaminhado correspondência para o profissionais para ele ter o direito de fazer sua defesa ou seu parcelamento, e a outra decisão nossa de diretoria é que se possa ter uma pessoa especifica dentro do CREA para fazer esse acompanhamento de que como é colocado das parcelas mês a mês, para que a gente possa trazer ao plenária todo mês o que foi parcelado , o que foi pago e o que não foi pago, esse é o comprometimento da diretoria. Essa é a terceira vez que estamos trazendo esse assunto para discussão e aprovação mas para nosso grupo, nossa equipe é um enriquecimento porque realmente forçou para que a gente trouxesse mais dados sobre a campanha, talvez ainda venha alguns questionamentos mas tudo que nós podemos enriquecer para esclarecer para que a gente possa realmente colocar um ponto final, com essa metodologia de cancelar o profissional com dois anos, vamos acabar com esse índice de inadimplência dentro do sistema, Santa Catarina faz conciliação o ano todo , não é um mês ou dois meses é o ano todo a campanha de conciliação funciona , essa é a nossa proposta, agora vou abrir para discussão para podermos colocar em votação. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - Queria fazer aqui primeiramente , novamente uma critica a nossa presidente, quando houve aquela primeira apresentação da Isabela eu pedi que esse material fossem encaminhado para nós conselheiros com antecedência para que pudéssemos dá uma olhada, não foi,segundo, volta para mim as duas cédulas anteriores a 16 e 17 , essa campanhas de conciliação elas estão sendo inócuas para nós e vou falar porque, em 2016 houve arrecadação de praticamente de 2,5% , foi pago vinte mil quinhentos e cinco, quero dizer o que foi efetivamente arrecadado no sistema , se eu tinha para arrecadar 858 mas dentro daquela previsão anterior de 643 mais a correção, mais a multa eu só arrecadei vinte mil, este é o valor arrecado que consta lá, estamos falando é do passivo cadê os que estão adimplentes agora? Vocês não estão apresentando ai, então esse elemento eu não tenho para poder analisar , estamos analisando o que estar aí posto, do que eu tinha para arrecadar e do que foi arrecadado, ficando aquela saldo devedor de 858, o que esta demonstrando aí ou esta mal demonstrado é que eu arrecadei vinte mil quinhentos e vinte cinco, que corresponde a 1,5% do que eu tenho para arrecadar ainda. Essas coisas tem que ser demonstrado para nós cabalmente, porque se não eu vou partir para fazer análise aqui, que pode não corresponder a verdade, essa é a preocupação, do que esta ali, tem anuidade de 458, total 643 aí eu tenho o valor da correção que acrescentamos quarenta e oito mil , tem da multa que acrescentamos cento e quarenta e seis mil, e tem aquela outra coluna, foi pago catorze mil , mais seis mil que deu um total de vinte mil. **Marcelo Pessoa** - Em 2016 foi gerado cerca de duzentos mil em valores de boletos, foram pagos cem mil desses boletos certo, só que vinte um mil do que foi pago foi de profissionais que descumpriram o parcelamento eles não quitaram

suas anuidades por isso temos que considerar ele nessa coluna. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - Esta errado, desculpe falar mas estar errado, primeiro, não se faz uma campanha, desde a primeira, segunda e a terceira que não passou por aqui, por isso tem que passar pelo plenário , é o seguinte você tem que apresentar detalhadamente que o próprio Reis esta falando que não tem controle, que a própria presidente falou que não tem e precisa de mais uma pessoa, espero que essa mais uma pessoa não seja para contratar, seja uma pessoa que estar aí para poder fazer atividade. Então nós temos que ter, antes de entrar em uma campanha eu tenho que conhecer a real situação pela qual nós estamos passando, ai eu faço uma campanha com objetivo de arrecadar aquele montante e aí acabou a campanha aí vamos lá o que foi efetivamente arrecadado é isso que precisamos ter, e vocês falaram que nós não temos. **Reis** - Conselheiro nunca foi feito uma campanha para fazer todo esse estudo aqui, principalmente com relação a anuidade com propósito de cancelar registro e esse tipo de coisa, então hoje a proposta é bem maior é de mostra o total devedor, quantos devedores nós temos, agora essas informações aí quem esta nos dando é o sistema, está aberto esses valores, então vai ter profissional por profissional. O Marcelo fez esse levantamento através do sistema e nos deu essa informação. o que é devido e o que realmente arrecadamos. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - Este histórico teria que ter , até para saber se essa pessoa poderia ficar todo ano fazendo isto, eu vou entro na conciliação, pago uma uso os benefícios participo da eleição, voto aí não pago o resto, aí tem outra campanha aí uso dos mesmos benefícios pago uma e não pago as demais e vou trabalhando. Isso para mim não estar demonstrando o que vocês estão pretendendo falar o que vocês estão demonstrando, tem um saldo que é crédito nosso é não estar recebido de 858, que é o somatório da origem da anuidade, mais a correção, mais a multa que foi pago só vinte mil. **Marcelo Pessoa** - Conselheiro Jair, nós temos 2.014 profissionais que estão inadimplentes com a anuidade de 2016, quando nós fizemos as ultimas conciliações, nós não obrigamos que os profissionais venham participar da conciliação, deste dois mil profissionais apenas duzentos profissionais compareceram, então se nós temos três milhões não significa que vamos receber três milhões, é o profissional que tem que procurar a gente para poder conciliar. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - Não abuse da minha inteligência, uma campanha de conciliação, é uma conciliação, não é uma obrigação, então só vem conciliar aqueles profissionais que se interessam, não podemos obrigar, agora quando você vai abrir a campanha nós temos que saber efetivamente o que nós temos, e a quem atingir , é isso que estou colocando aqui. Se estar posto ali, que eu tenho arrecadado em 2016 aquelas anuidades e aquelas anuidades corrigidas e com a multa me deu aqueles valores, ou você tira ou acrescenta na coluna valor pago o que foi efetivamente pago naquele montante, se ficar aquilo ali posto não representa o percentual que vocês estão colocando lá. O valor que foi pago ali do que eu tenho a receber corresponde a vinte por cento até que vocês me prove o contrário. **Marcelo Pessoa** - É como estou falando, é uma questão de interpretação, na conciliação passada, foi gerado duzentos mil de boletos, foram pagos cinquenta por cento, não foi um por cento de três milhões, não tem cabimento você fazer essa comparação . **Presidente** - Conselheiro Jair, dá a entender que o senhor acha que estamos fazendo algum tipo de trabalho dentro do conselho que não seja sério, a campanha de conciliação é com objetivo de receber. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - A senhora vai me desculpar , eu não posso aqui ficar , a senhora estar presidindo a mesa, a senhora não tem a cada intervenção do conselheiro, a senhora responde caso seja questionada. A senhora não tem o direito de ficar se posicionando na fala de cada conselheiro, não é essa a função da senhora. Por isso estou falando que

apresente essas coisas com antecedência para as dúvidas que possam surgir sejam esclarecidas, porque se deixar para plenária ocorre isto, eu tenho dúvidas e não estou sendo respondido, outro colega tem dúvidas não foi nem ouvido ainda. **Conselheiro Aysson Rosas Filho** - Na realidade o que é demonstrado aí, nós olhando aqui, eu não conheço outra informação, o Jair estar correto em dizer lá estar expresso valor pago, não tem outra visão. **Conselheiro João Vieira Filho** - De certa forma eu também questionei esse valor na reunião de diretoria, mas eu também acredito que se tem um valor que representa 1,5% do valor total , para mim quer dizer que nós devemos melhorar e melhorar muito, que devemos ser mais eficientes, se for só os vinte mil que estar expresso então gente vamos melhorar o nosso sistema de arrecadação, a presidente falou que vai colocar uma pessoa para justamente cuidar disto e dá os informes mensal e trimensal para todos nós. Essa representação ela não acrescenta muito a partir deste princípio de 1,5% e por isso ir tudo de águas a baixo, a gente vê que outros Creas fazem a campanha d conciliação , o que temos que fazer é melhorar. **Conselheiro Aysson Rosas Filho** - O questionamento é exatamente os valores, apesar que eu acho que quando abrir esta campanha e se tiver ações efetivas de cancelamento de registro pelos débitos, respeitando os dois anos que também acho que não devemos cobrar além destes dois anos mais o ano em curso, eu acho que pode até melhorar a receita. Mas vamos vê os custo para realização da campanha, visto que vai ter os impressos , envio de notificações, publicidade, tudo isso vai ter um custo para o conselho. **Conselheiro Eduardo Augusto de Holanda e Souza** - Eu só queria fazer uma pergunta para o seus Reis, Reis com todo respeito meu amigo, esse valor de R$ 858.286,97 é valor de 2016 É referente ao total da campanha de conciliação? os vinte mil foi o que foi recebido da campanha certo? duas coisas eu queria saber, qual é o valor da multa nesse período de 2016,2017 e 2018, e a proposta que estar sendo feita é de 70%,80% e 90% em função dos parcelamentos e porque chegaram nesses valores de 70%,80% , 90% , 50% e 30%? é o que estar escrito aí se não me falha a memória. Porque não é 95%, 85% , baseado em que esses percentuais?segundo se a expectativa de arrecadação de 2016 é vinte mil, ela se tornou irrisória realmente, foi muito pouco, então temos que ser mais agressivos agora para arrecadar mais, meu comentário é em cima disto. Esses números aí, desculpa quem fez mas estão equivocados. **Reis** - Vou fazer uma colocação , esses 858 mil é o valor 100% que está devendo ao CREA, com a campanha evidentemente a correção vai cair, já não vai ficar neste valor , mas o principal não deixa de acontecer, de qualquer maneira vai representar um valor elevado por você vai abater apenas da multa e da correção,então de qualquer maneira aqui estar sendo representado os 100% não estar apresentado o papel da conciliação que com a conciliação esses valores a multa vai ser tanto, é isso que você queria colocar? **Presidente** - Esse levantamento que foi pedido era o que a gente tinha de débito nos últimos três anos não se falou na conciliação, a conciliação foi apresentada aqui, em 2015 nós tivemos uma boa margem de adimplência dessa campanha, 2016 já foi menor um pouco, e 2017 também teve essa comparação. O que foi pedido era o total de inadimplência que tinha nos últimos três anos e qual era o valor que teríamos para receber desses anos, foi o que foi apresentado hoje, não é com a conciliação. **Conselheiro Luciano Sasai** - Só tenho uma dúvida, na apresentação do Marcelo tem muitos técnicos inadimplentes certo? como vai ser cobrado isso? a lei fala do repasse só de 2018 e os que deve 2016! **Presidente** - Essa arrecadação dos anos anteriores é para o CREA, se eles não pagarem entraram na dívida ativa. **Conselheira Aldenizia Santos Santana** - Eu estou vendo muita discussão em números e projeções, mas independente de números e de quanto vai ser, um milhão ou dois milhões, eu acho

que temos que fazer essa campanha e incentivar para que os profissionais venham fazer a conciliação e que o CREA , possa ter essa arrecadação. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - A preocupação sempre que eu coloco aqui, talvez seja a forma que eu falo, mas não estou querendo agredir, muito pelo contrário, eu tenho idoneidade, tenho educação, agora naquilo que eu quero me manifestar eu faço da forma que eu sei fazer, é que essa presidência deste o ano passado, este processo esta vindo aqui agora porque eu já criei o problema por assim dizer , o ano passado por a senhora não ter trazido as campanhas anteriores a esse plenário, que é o órgão competente e o único aqui para deliberar sobre isto, que isso é legislar , quem legisla aqui é esse plenário e a diretoria através da presidência e seus demais diretores só executa o que nós deliberamos aqui em plenário, é esse o mecanismo do funcionamento deste conselho aqui e deve funcionar sempre assim, o problema é que normalmente até por culpa da maior parte dos nossos colegas, eles não se manifestam por motivo ou outro não se manifestam , e não se manifestando não se cria polêmica, não se cria dúvidas, também não se tira as dúvidas e não se resolve os problemas. Nosso objetivo aqui é gerir esse conselho, é administrar esse conselho e fazer esse conselho funcionar, essa etapa aqui é uma das etapas deste conselho, tem a fiscalização, tem todos outros controle, porque a base é a fiscalização, tudo isso é produto da fiscalização, nós temos que estar atentos visto que estamos lhe dando aqui com coisa pública, isso aqui não é nosso, aqui não é um bando de colegas e amigos decidindo, aqui é um conselho, é uma autarquia que tem como base a defesa da sociedade, é essa nossa missão aqui, podemos ser amigos aqui lá fora,na associação onde for , mas, aqui temos que tratar essa coisa pública com individualidade e com responsabilidade, então as manifestações aqui não pode ser encarada pelo lado da inimizade, da pessoa que não quer colaborar, muito pelo contrário, bons são aqueles que criticam que possibilita o outro enxergar coisas que talvez não queira vê. A maioria aqui é educado, é formado tem discernimento da nossa missão aqui ou se não tem deveria ter, infelizmente tem coisa sérias que acontecem aqui dentro, essas coisas sérias que ocorreram e acontecem aqui dentro aquilo que chagar a mim eu vou dá prosseguimento aos processos e aquilo que não tiver processo eu vou fazer processo para apurar , porque eu não quero passar por aqui, já passeia seis anos anteriores aqui dentro, e não quero continuar passando coisas que não fiz anteriormente não vou fazer agora , não compactou, não caminho junto em coisas que eu sei que estão erradas, nunca fiz isso na minha vida e não vai ser agora nessa idade que eu vou fazer. Então quero que vocês tenham um pouquinho mais de paciência porque eu quero falar, porque não tem cabimento essa proposta, esquecer a do ano passado, tava uma proposta de janeiro com portaria já editada , não tem nada de portaria, depois que você aprova aqui edita a portaria, não precisa colocar número nem data, depois da decisão aqui, que se coloca a portaria , não precisa vim com portaria nem com data, tem que ser apresentado nesse plenário mesmo que eles não queiram ter conhecimento mas tem que ser mostrado o que estar acontecendo, se eu quero propor uma campanha desta para arrecadar um retroativo que estar imobilizado por não conseguir arrecadar em períodos anteriores, eu tenho que apresentar esses elementos a todo o momento, se eu estou nesta campanha eu estou trazendo um passivo 2016 e 2017 , eu tenho que apresentar os elementos . Essa que esta sendo apresentado agora, e da forma que está sendo apresentado por causa da minha implicâncias em não trazer a esse plenário para que ele delibere, porque a função é dele deliberar, é disto que se trata aqui, nós temos responsabilidades pelos ativos aqui financeiros e patrimoniais, o que essa diretoria esta recebendo e que recebeu quanto o ativo financeiro e imobiliário ela tem que passar igual ou em melhor situação para outra

gestão, é assim que funciona esse sistema. Eu estou com um documento escrito que era para ter protocolado e não fiz, sobe o patrimônio nosso que é aquele prédio da avenida ceará que estar acabado, documento pedindo explicação a presidente e essa diretoria, porque nós aqui quanto conselheiro somos corresponsáveis , sabendo de problemas que estar ocorrendo, e não quero ser responsabilizado amanhã, por não ter cumprido com minha obrigação aqui. Então estou indagando, mas vai vim o documento oficial sobre o problema daquilo lá, o prédio estava alugado até outro dia, tenha que ter manutenção e hoje estar totalmente acabado, nem telhado tem mais lá, e isso é um patrimônio nosso, para colocar na situação que estava anteriormente com condição de até alugar , o quanto que este conselho teria que colocar lá em dinheiro para poder fazer isto. Então nós deixamos chegar o patrimônio deste conselho na situação que está lá, assim como para entrar em uma campanha desta não é oba oba, vai arrecadar 2%,3% por cento tem que vê o custo beneficio que talvez nem valha a pena mas temos que fazer a execução que tem um custo também , a cobrança judicial tem um custo também não podemos deixar, porque é um ativo desta autarquia , se nós não fizermos isso vamos ser responsabilizados, só que nós temos que fazer presidente é com dados claros , apresentar os dados porque isso não é para esconder de ninguém , muito pelo contrário a nossa contribuição é honorifica estamos aqui dedicando tempo nosso, paciência, discutindo coisas que não representam bem próprio nosso, mas é de nossa categoria e em respeito a sociedade é esse nosso objetivo aqui , então para que isso seja aprovado e eu acho que deve ter a campanha, o problema que falo é como vem, como as coisa acontece , na reunião que houve eu acho que em fevereiro eu pedi até para suspender essa campanha e que fosse apresentado e não foi apresentado, chega aqui dois minutos antes , eu não quero saber se é portaria número 50 , 29 ou 28 isso não interessa , os dados que estão aqui não contemplam as indagações que eu quero e preciso para poder decidir, eu entrei numa campanha que tenho um passivo para receber de dois milhões , essa campanha foi de três meses e foi arrecadado duzentos mil , não é duzentos mil eu quero saber a relação de cada um dos itens, do principal que não se reduz de forma nenhuma só se reduz no juros e na multa isso não é colocado , se eu tenho uma outra campanha agora tinha que vim todos esses elementos que compôs o débito deste passivo que esta lá. Eu vou continuar falando desta forma porque infelizmente o açodamento e a forma continua de agir leva a isto, eu não quero e não vou compactuar com esse modo de agir , vou ser vencido aqui na votação, mas, não tem problema mas vou manter minha linha e meu posicionamento porque eu não concordo com essas coisas da forma que são levadas. Presidente - Gostaria de fazer duas observações que o senhor colocou aí de início que existe coisas erradas dentro do conselho, então peço a gentileza que as coisas que o senhor detectou de errado dentro deste plenário ou dentro de diretoria ou dentro do conselho que realmente o senhor se manifeste que o senhor faça as denuncias nas instancias corretas, porque como o senhor disse que tem o nome limpo, que o senhor tem sua vida limpa, eu também tenho, dá entender aqui eu tive algum beneficio com as campanhas de conciliação, nosso interesse é melhorar e melhor atender nossos profissionais , eu não tenho interesse nenhum se quiser suspender a campanha de conciliação suspende, mas é uma proposta que eu estou colocando para melhorar, eu recebo ligação todo dia com profissionais querendo saber qual vai ser o dia da conciliação, respondo que estamos ainda levando para plenária. Se não for aprovado aqui, para mim não vai fazer diferença, é uma arrecadação que estar parada de três milhões é, os funcionários estão com o plano da cargo e salário pedindo aumento estão, são coisas que a gente precisa fazer. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - A senhora

estar fazendo um discurso que não é nado do que eu falei , não estou falando nada desta campanha , estou falando que esta faltando informações necessárias. **Presidente** - Por favor conselheiro apresente uma proposta,o senhor tem uma proposta para definir isso? o senhor pediu a inadimplência dos últimos três anos, nós trouxemos e não é o suficiente! Mas nós precisamos saber realmente o que o senhor quer. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - A proposta para definir isto tem que ser baseado nos elementos que vocês dispõe no conselho e não foi apresentado aqui necessariamente . Pedi que fosse apresentado os elementos necessários para essa campanha, vocês que estão entendo que é isto. **Conselheiro João Vieira Souza** - Gostaria de dizer também que muitas vezes os dados contábeis eles são um pouco diferente e você não pode distorcer , seu Reis estar aqui foi sabatinado e fez suas demonstrações que teria que expor, na plenária anterior foi feito também uma apresentação sobre o assunto e a diretoria estar se dispondo a colocar uma pessoa para passar essas informações mensais por conta desta situação.**Presidente** - Conselheiro Jair o senhor pediu todos os elementos, deixa eu vê se entendi! O senhor precisa desta demonstração e mais os impactos das últimas três campanhas é isso que o senhor quer? Eu não sei se o senhor ouviu quando eu comecei a falar , que realmente estamos na terceira vez que estamos trazendo a campanha de conciliação aqui, e eu coloquei que estes questionamentos enriqueceu nosso trabalho, a gente estar tentando acertar para o senhor aprovar a campanha de conciliação, mas tudo que apresentamos aqui não é o suficiente, então precisamos saber realmente quais são os elementos que o senhor precisa. **Marcelo Pessoa** - O que foi solicitado ao nosso departamento foi o relatório de débitos existentes dos profissionais em nosso banco de dados, é tanto que o titulo da apresentação do seu Reis é demonstração dos arrecadações de receitas próprias, exercício 2016,2017 e 2018, comparadas com as inadimplências em relação a anuidades correspondentes ao mesmo período. O que o senhor quer que eu que entendi é, nós temos três milhões para receber com os inadimplentes, na conciliação de 2016, nós geramos ai de boletos duzentos mil reais, cem mil reais foram pagos destes cem mil reais, vinte mil o valor que o senhor questionou foram daqueles profissionais que pagaram a primeiro parcela e não cumpriram com seu parcelamento, o que faltou nesta apresentação e que não foi requisitado para meu departamento foi justamente essas informação dos duzentos mil que foram gerados, que foram pagos cem mil , quantos profissionais deixaram de pagar , quantos profissionais pagaram, é isso que o senhor que saber? Eu fazer uma apresentação e tentar esclarecer todas suas dúvidas a partir da próxima plenária. **Presidente** - Vamos fazer a seguinte proposta aqui, colocar em votação a campanha de conciliação e na próxima plenária apresentar todos os relatórios da maneira que o conselheiro Jair pede para que a gente possa daqui para frente da encaminhamento e o comprometimento da diretoria de apresentar mensalmente os impactos desta campanha de conciliação. **Conselheiro Giulliano Ribeiro da Silva** - Solicito que nos encaminhe essa apresentação antes da realização da próxima plenária, para que possamos entender o que estar escrito e se surgir qualquer dúvidas que seja exposta antes da apresentação, se não vai continuar essa questão. **Conselheiro Jair Vicente Manoel** - Eu não quero e não posso exigir isso, estou colocando minha posição daquilo que eu julgo necessário que não estar aqui presente para que nós possamos decidir , igual coloquei no início, que tem pessoas que não se importa em votar sem conhecer eu respeito, agora para que eu possa decidir sobre um assunto que é de importância para nós, vamos passar um apurado aqui por falta de recurso que é isto que estamos discutindo , o Reis é ta contabilidade , ele sabe plenamente quais são os elemento necessários a ser demonstrado em termo de receita ,despesa, débito e crédito

tudo isso , pode não estar atualizado em relação campanhas anteriores , parece que não estar formalizado, mas esses elementos são os elementos essenciais para poder se decidir, não temo como fazer isso, eu tenho que ter toda planilha dos elementos que estão ai de débito de crédito de cada uma das categorias, de cada um dos períodos. Eu não posso fazer uma campanha tenho tanto, vou fazer uma campanha, faço a campanha e não tenho avaliação , vou para outra campanha sem essa avaliação, sem conhecer profundamente os dados que existem . Eu não vou votar , vou me abster meu vota estar aqui declarado, mas vou deixar sempre minha posição marcada, cada um é senhor de si, e responsável por seus atos. **Presidente** - Vamos iniciar a votação. Os conselheiros Eduardo Augusto de Holanda e Souza, Aldenizia Santos Santana, Aysson Rosas Filho, Giulliano Ribeiro da Silva, João Vieira Filho, Luciano Sasai, Palmira Antonia, Paulino de Almeida Lima Netto, Armando Ferreira Cacela, José Dazio Bayma e Ney Sebastião Braga Gomes votaram a favor da campanha de conciliação. O conselheiro Mateus Santos da Silva e Assurbanipal Barbary de Mesquita estavam ausentes. O conselheiro Jair Vicente Manoel se absteve de votar. A IV Campanha de Conciliação foi aprova por maioria dos votos. **Item 9.0. Relato de Processos - Item 9.1. Processo relatado pelo conselheiro: Giulliano Ribeiro da Silva** - Protocolo; 1983361/2017; Interessado; Panatis Construções Ltda. Epp; Assunto; registro definitivo de pessoa jurídica. Processo retirado de pauta por falta de manifestação da câmara mista. **Item 9.2. Processo relatado pelo conselheiro João Vieira de Souza Filho** - Protocolo; 1974704/2016; Interessado; José Fabio Maia Filho; Assunto; Relatório de fiscalização.Processo retirado de pauta.**Item 9.3. Processo relatado pelo conselheiro Giulliano Ribeiro da Silva** - Protocolo; 1974603/2016; Interessado; José Fabio Maia Filho; Assunto; Relatório de fiscalização. Processo retira de pauta.**Item 9.4. Processo relatado pelo conselheiro João Vieira de Sousa Filho** - Protocolo; 1974630/2016;Interessado; José Fabio Maia Filho; Assunto; Relatório de fiscalização. --**Item 9.5. Processo relatado pelo conselheiro: Armando Ferreira Cacela** - Protocolo; 1973493/2015; Interessado; Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre; Assunto; Registro definitivo de pessoa jurídica. Processo enviado erroneamente ao plenário, o mesmo já havia sido aprovado em plenária anterior por esse motivo será retirado de pauta. **Item 9.6. Processo relatado pela conselheira: Aldenizia Santos Santana** - Protocolo 1986792/2018; Interessado; Construtora Vale do Yaco Ltda. Assunto; Inclusão no quadro técnico da empresa do profissional tecnólogo Benilson de Oliveira Rocha. Processo foi indeferido. Eu, Valcilena Oliveira, secretária desta sessão,lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os presentes na sessão de sua aprovação.

Carminda Luzia Silva Pinheiro

Aldenizia Santos Santana

Assurbanipal Barbary de Mesquita

Eduardo Augusto de Holanda e Souza

Giulliano Ribeiro da Silva

João Vieira de Sousa Filho

Aysson Rosas Filho

Luciano Sasai

Nei Sebastião Braga Gomes

Mateus Silva dos Santos

José Dazio Bayma

Palmira A. A. C. de Oliveira

Paulino de Almeida Lima Netto

Armando Ferreira Cacela

Jair Vicente Manoel

Secretária da Sessão: Valcilena Oliveira